

# Entre a economia e a cultura: aspectos morais de algumas atividades extrativistas em Piúma, ES<sup>1</sup>

Márcio Filgueiras (Professor orientador, IFES, campus Piúma)<sup>2</sup>

Fábio Oliveira (Orientando, IFES, campus Piúma)<sup>3</sup>

Luciana Nascimento Oliveira (Orientanda, IFES campus Piúma)<sup>4</sup>

## Palavras-chave: Pescaria- Economia - Cultura

### 1. Introdução

Este texto reúne alguns resultados parciais das pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais e a Atividade Pesqueira (GETAP), coordenado pelo professor Eduardo Gomes Rodrigues e sediado no Instituto Federal do Espírito Santo, campus Piúma. Os dados apresentados referem-se a três pesquisas que possuem objetos próprios, mas fazem parte do projeto mais amplo intitulado “*Produção, repartição e consumo: etnografia das pescarias e das práticas de maricultura no litoral sul do Espírito Santo*”, coordenado pelo professor Márcio Filgueiras. Estas pesquisas têm contado com financiamento de instituições como Capes, Ifes e CNPq, na forma de bolsas de iniciação científica.

É importante destacar aqui que as pesquisas que apresentamos estão sendo realizadas por alunos do curso de Engenharia de Pesca, do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, campus Piúma, sob a orientação de um antropólogo. Nesse sentido, como orientador dessas pesquisas, em quase três anos de convivência no campus Piúma, discursos que ouvi professores, agentes oficiais e empresários, destacarem, muitas vezes, os “gargalos” da “cadeia produtiva” e seus impactos “tributários”, bem como a “geração de empregos” no “setor pesqueiro”. Os termos entre aspas denotam meu estranhamento em relação à redução do modo de vida pesqueiro à cosmologia da burocracia estatal e do empreendedorismo.

Trata-se, portanto, de um equívoco que disseminou-se pelo senso comum das instituições que lidam com o desenvolvimento da pesca, imaginam as atividades humanas apenas a partir de seu

---

1 “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.”

2 Doutor em Antropologia pelo PPGA/UFE.

3 Graduando em Engenharia de Pesca. Bolsita PIBIC/CNPq/Fapes.

4 Graduanda em Engenharia de pesca. Bolsita PIBIC/CNPq/Fapes.

potencial econômico, sem atentar para os processos não diretamente econômicos que desempenham um papel fundamental na vida social. Exemplo disso foi a fala de um professor sobre a dificuldade em *“retirar dos pescadores a tradição, para transferir-lhes tecnologia”*. Por outro lado, a observação da economia pesqueira de Piúma tem demonstrado que o discurso sobre a necessidade de modernização ou desenvolvimento das pescarias locais precisa levar em consideração não só o processo técnico, mas, sobretudo, a racionalidade econômica mais ampla, considerando as estruturas das relações sociais sob as quais se assentam as atividades pesqueiras.

A estratégia de dados utilizada em nossas pesquisas têm se baseado na construção de vínculos pessoais com os interlocutores da pesquisa por meio do recurso à observação participante. Essa opção levanta questões sobre a “representatividade da amostra”. Entre os adeptos das pesquisas qualitativas em Ciências Sociais, especialmente entre Antropólogos, questões levantadas neste sentido, geralmente, são prontamente descartadas e seus autores acusados de positivismo. No entanto, quando você encontra condições de trabalho em que precisa justificar sua carga horária de pesquisa em termos da relevância prática de estudo, especialmente em um instituto de ciência aplicada como o IFES, não é possível escapar a este debate com uma mera menção ao aspecto literário e interpretativo de toda análise antropológica (Geertz, 1989).

Portanto, se destacamos o papel da confiança pessoal construída com os interlocutores na produção de nossos dados, a amostra que resultou de nossas pesquisas poderia conter um “bias”, se é que podemos dizer assim. Poderíamos ser acusados de termos conversado apenas com os pescadores com quem estabelecemos boas relações pessoais, o que poderia ter contaminado nossas amostras e limitado o alcance das conclusões em relação ao resto do grupo.

No entanto, é preciso compreender que a pesquisa que usa método exclusivamente quantitativo é melhor aplicável a estudos que queiram produzir dados sobre populações, ou seja, aglomerados humanos definidos a partir de critérios externos como “idade”, “sexo”, “profissão” ou “renda”. Quando lidamos com grupos, instituições e organizações sociais, existem hierarquias internas que afetam a distribuição do poder e das informações. Assim, é necessário levar em consideração a morfologia social do grupo para entendê-lo de maneira propriamente sociológica e não meramente demográfica. Se o pesquisador está consciente da organização e funcionamento do grupo, conseguirá identificar o alcance de suas conclusões, ao relacioná-las com a posição de seus interlocutores na estrutural social local e os limites consequentes disto.

Acrescentamos ainda que, em se tratando de pesquisas nas humanidades, o objetivo de produzir conhecimento aplicável torna-se complexo, uma vez que tecnologias sociais agem sobre identidades sociais e modos de vida, colocando desafios diferentes comparativamente à mera “transferência de tecnologias”, como é familiar às ciências duras.

### **1.1. Estratégia metodológica**

Utilizamos, em larga medida, nos estudos aqui reunidos o modelo apresentado por Maurice Godelier (1969), identificando as condições mínimas de existência dos sistemas econômicos, descrevendo assim suas estruturas fundamentais: as estruturas de produção, as estruturas de repartição e as estruturas de consumo.

As “estruturas de produção” envolvem a conjugação dos fatores de produção de acordo com determinadas técnicas e conhecimentos que determinam o êxito da atividade produtiva. Entre os fatores de produção estão os recursos naturais explorados, os equipamentos utilizados e os seres humanos que trabalham.

As “estruturas de repartição” envolvem a repartição dos fatores de produção (equipamentos, recursos e homens) e a repartição do produto final. Em outras palavras, as estruturas de repartição dizem respeito a como os homens se relacionam entre si para o processo produtivo: quem possui os equipamentos e os recursos naturais, se estes são coletivos ou privados, e se os homens trabalham de maneira autônoma ou se há a exploração de um grupo sobre o trabalho de outros. Também se refere a como se dá a apropriação do produto final, se é de maneira coletiva ou de maneira privada. Se é através de um sistema de partes ou através do assalariamento.

As “estruturas de consumo” envolvem o consumo produtivo, o consumo pessoal e o consumo suntuário. O consumo produtivo se refere ao consumo dos fatores de produção e da força de trabalho. O consumo pessoal refere-se ao consumo relativo à manutenção da vida social cotidiana. E o consumo suntuário se refere às ocasiões de comensalidade e rituais coletivos.

Como estas estruturas econômicas precisam se atualizar no *tempo* e no *espaço* para que existam, também descrevemos as representações sobre o tempo e sobre o espaço familiares aos contextos sociais estudados. Segundo Evans-Pritchard (1974), as categorias tempo e espaço podem ser enfatizadas em seus *aspectos ecológicos*, quando referem-se à relação dos membros do grupo social com o meio ambiente; ou em seus *aspectos estruturais*, quando referem-se às relações que ocorrem

dentro do mesmo grupo ou entre grupos sociais. As dimensões ecológica e estrutural, no entanto, frequentemente fundem-se, já que elementos da natureza são significados de forma a marcar divisões ou aproximações sociais.

É necessário, ainda, ter o cuidado na interpretação da dependência das condições naturais para não cair no equívoco do determinismo geográfico, segundo o qual as diferenças do ambiente físico (natural) condicionam a diversidade cultural. Assim, não se trata de que a localização geográfica imponha aos locais o modo de vida pesqueiro ou a catação de mariscos, uma vez que o grupo decide, entre várias possibilidades, dedicar-se a uma tal atividade, certos elementos e processos naturais tomam relevância social. Portanto, os nossos interlocutores percebem os elementos ecológicos no direcionamento das suas atividades produtivas, mas não são exclusivamente dependentes das condições naturais. Dito de outra forma, as forças decisivas estão na própria cultura dos grupos sociais e não na natureza (Laraia, 1986).

A seguir apresentamos de forma resumida alguns dados reunidos até aqui.

## **2. A catação do sururu**

Piúma é uma cidade do litoral sul capixaba onde são desenvolvidas inúmeras modalidades de pesca (ICMBio, 2011), dentre as quais se insere a extração do mexilhão *Perna-perna* (Linneaus, 1758), popularmente conhecido na região como sururu, iguaria bastante apreciada pela população local e turistas que frequentam a cidade. Em Piúma, a catação do sururu é realizada, em sua maioria, por mulheres que geralmente iniciam nesta atividade com idades que variam de 8 a 12 anos. Elas aprendem esse ofício, ajudando outros membros da família como avós, mães, irmãs, tias, ou, ainda, amigas próximas ou vizinhas.

As marisqueiras podem realizar a catação de sururu sozinhas ou em grupo, quando acompanhadas por outros membros da mesma família, amigos ou vizinhos. Porém, mesmo quando catam os mariscos sozinhas, ao chegarem ao local de catação, acabam encontrando outras marisqueiras e, assim, sentem-se mais seguras em relação aos perigos do mar e à possibilidade de sofrerem algum tipo de violência.

A catação do sururu é realizada nos costões rochosos da Ilha do Gambá e Praia do Pau Grande, no bairro Portinho, onde o acesso pode ser a pé ou de bicicleta; Ilha do Meio, onde pode-se chegar andando quando a maré está seca, ou de caíque, quando está cheia; e nas ilhas dos Cabritos e Itapetinga, às quais o acesso se dá apenas por embarcações

Segundo as marisqueiras, a cavadeira é o instrumento de trabalho mais importante e caro e, se for bem manipulada e lavada com água doce após o uso, tende a ter uma boa durabilidade. Os dias e horários de catação de mariscos estão relacionados aos períodos da lua e, conseqüentemente, à variação das marés. Elas relatam que os períodos de lua cheia e nova são ideais para a catação, ocorrendo sempre três dias antes e três dias depois dessas luas. O horário de início da catação depende da hora em que a maré começa a esvaziar, pois a catação segura é realizada, preferencialmente, quando a maré seca, pois o risco de serem surpreendidas por ondas diminui e a catação tende a ser mais produtiva.

Durante a catação, as marisqueiras fazem a seleção dos mariscos, recolhem os maiores, abastecendo o saco que pode pesar até trinta quilos, e devolvem os menores ao meio ambiente. Em seguida, carregam esse saco sobre os ombros, cabeça ou em bicicletas e retornam às suas casas para o início da etapa de beneficiamento que consiste na lavagem e cocção dos mariscos por meio de fogão a lenha ou a gás. Após essa etapa, dá-se início à *despinicagem* dos mariscos que consiste em retirar a carne das conchas. Terminada a etapa de processamento, os mariscos são separados em pratos, podendo ser vendidos “a fresco” ou congelados

Durante a pesquisa de campo, as marisqueiras relataram que uma das maiores dificuldade desse ofício está no transporte dos mariscos, porque após a catação e seleção, precisam transportar os sacos, que chegam a pesar trinta quilos ou mais, até suas casas para iniciarem o processo de beneficiamento.

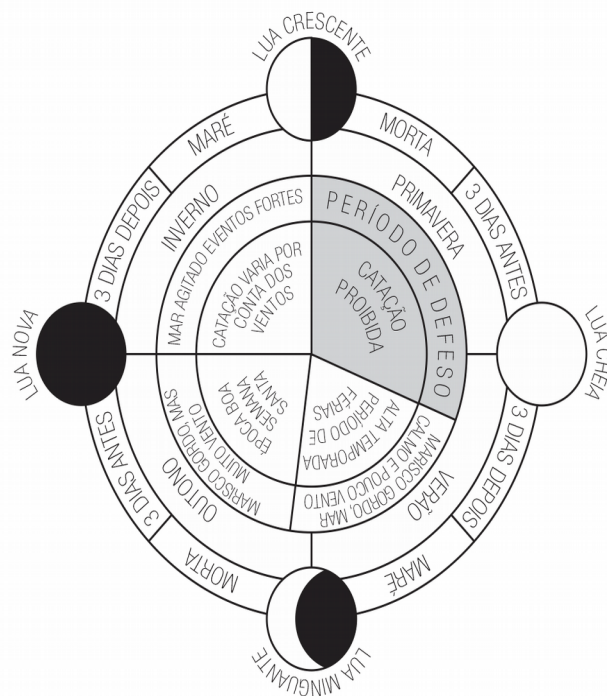
Elas dizem que a vida de marisqueira é bastante dura por ser uma atividade que exige grande esforço físico. Além disso, dividem seu tempo entre a atividade de mariscagem com afazeres domésticos e a criação dos filhos. Segundo algumas marisqueiras, como complemento da renda familiar, precisam trabalhar na limpeza de peixes e camarões para peixarias ou indústrias de pescado do município.

As marisqueiras têm grande conhecimento sobre a atividade da catação de mariscos, bem como o ambiente de extração, pois sabem que essa atividade é determinada pela variação dos períodos da lua e das marés. Além disso, elas entendem que, mesmo em “períodos certos” para fazer a catação, nem sempre “dá” ou é seguro realizar a catação, tendo em vista a ocorrência de imprevisibilidades naturais, como chuvas e ventos que podem ser determinantes para o acesso aos locais de catação, aumentando o risco de acidentes durante a catação:

Em períodos próximos ao feriado da Semana Santa, as atividades de catação são intensificadas e realizadas em grupo, a fim de proporcionarem maior possibilidade de sucesso dessa atividade, tendo em vista que a cooperação mútua dessas mulheres na extração da maior quantidade de mariscos possível tem influência significativa para o aumento da renda, devido à grande procura desse recurso pesqueiro. Haja vista que a Semana Santa é um feriado que atrai muitos turistas que procuram não apenas os mariscos, mas seus subprodutos como a torta capixaba, que também é preparada pelas marisqueiras.

De acordo com alguns relatos, a prefeitura organizava o Festival da Torta Capixaba e as marisqueiras vendiam suas iguarias em barracas típicas. Além disso, esse festival contava também com atrações musicais e outros eventos culturais. Porém, em função da alternância das gestões, o festival da torta capixaba foi deixado de lado, ficando atualmente no ostracismo.

No inverno, as marisqueiras dizem que não é um bom período para a catação, pois, além de os mariscos estarem pequenos, as chuvas e os ventos que se intensificam durante o mês de agosto, atrapalham muito. Por conta disso, a catação não é uma atividade tão frequente e, por isso, as marisqueiras têm que realizar atividades secundárias que possam garantir seu sustento, entre as quais se destacam a limpeza de peixes e camarões para algumas peixarias e indústrias de pescados de Piúma. Além disso, algumas marisqueiras também exercem a atividade de artesanato de conchas. Piúma, durante muito tempo, foi rotulada como a cidade das conchas, quando muitas pessoas catavam esse recurso nas praias para confecção do artesanato local (Rodrigues, 2018). Segundo as marisqueiras, apesar de ainda ser uma atividade frequente na cidade, a oferta de conchas de hoje em dia não se compara à oferta de tempos passados.



A imagem ilustra as representações do tempo ora estabelecidas pelas marisqueiras, ora pelo Estado que determina o período de defeso do mexilhão *Perna-perna*, que se inicia no dia 1º de setembro e termina em 31 de dezembro. Durante esse período, a extração dos mariscos fica proibida e as marisqueiras recebem

o seguro defeso como forma de resguardo financeiro. Terminado o defeso, a catação volta a ser permitida e, segundo as marisqueiras, o tamanho do sururu é considerado bom.

Para elas, a época de verão é muito boa para catação, pois há um aumento considerável na procura de sururu, devido à quantidade de turistas na cidade. Além disso, cabe destacar que, durante esse período, algumas marisqueiras são contratadas por bares, restaurantes e quiosques, fazendo com que elas tenham uma renda extra.

Percebe-se que as mudanças ecológicas tomam sentido social quando a elas correspondem mudanças nos ritmos das relações sociais: “os aspectos pelos quais as estações são definidas com maior clareza são aqueles que controlam os movimentos das pessoas [e] que traduzem principalmente o ritmo ecológico para o ritmo social” (Pritchard, 1974).

## **2.1. Tempo, espaço e identidade social**

A delimitação dos locais de catação nos remete aos aspectos não só ecológicos, mas estruturais do espaço, uma vez que expressa as relações entre as marisqueiras, que, a partir disso, conseguem reconhecer as mulheres que “se dizem marisqueiras, mas nunca botaram o pé na água”.

“...as identidades, pessoal e social, contém códigos de categorias que orientam as relações sociais e que costumam se exprimir como um sistema de oposições ou contrastes. Surge daí a “identidade contrastiva”, uma identidade que não se afirma isoladamente, surgindo por oposição e implicando a “afirmação do nós diante dos outros” (Oliveira, 1976)

Assim, o reconhecimento das próprias marisqueiras é conflitante com o entendimento do Estado que, nesse caso, atua como agente regulador, estabelecendo critérios que, segundo elas, são falhos, pois para ter direito ao seguro defeso, a lei exige apenas a apresentação dos documentos de identificação e autodeclaração do exercício dessa atividade. Para elas, esses critérios não são suficientes para reconhecer uma marisqueira “de verdade”, pois é necessário saber manusear as ferramentas de ofício, bem como ter domínio pleno de todas as técnicas da catação e beneficiamento do sururu. Portanto, a frase “marisqueira de verdade bota o pé na água” denota explicitamente o critério que elas usam para reconhecer outros membros pertencentes a este grupo.

Assim, duas formas particulares de conceber o tempo e o espaço são fundamentais à identidade social das marisqueiras de Piúma, pois estão presentes no dia a dia dessas mulheres tanto no nível das

condições concretas das atividades de produção, quanto na definição da distância estrutural entre as elas e em relação ao resto da sociedade (Britto, 1999).

A distância estrutural entre as diferentes categorias de marisqueiras encontra expressão em alguns rótulos, ora positivos, ora negativos, em que o tempo de pertencimento ao grupo, a dedicação à atividade e o recebimento do defeso são alguns dos princípios de classificação :

<b>Rotulação</b>	<b>Descrição</b>
Marisqueira antiga	Mulher que trabalhou e se aposentou como marisqueira
Marisqueira de verdade	Mulher que vive da catação de mariscos
Mulher que se diz marisqueira	Não exerce a atividade de catação de mariscos e recebe o seguro defeso indevidamente

Ana Paula representa um caso bastante particular, pois, de acordo com sua narrativa, perdeu o direito ao seguro defeso a partir do período em que havia conseguido um emprego formal, de carteira assinada. Porém, o fato de estar empregada formalmente, não a impediu de catar sururu durante os finais de semana. Tampouco ela deixou de ser reconhecida pelas outras marisqueiras como membro pertencente a esse grupo, ou seja, mesmo que tenha trabalhado em outra atividade, Ana Paula jamais deixara de ser marisqueira.

Em Piúma, não há cooperativa ou associação de marisqueiras, mas elas são cadastradas na Colônia de Pesca Z-9 como pescadoras artesanais. Segundo alguns depoimentos, a Colônia de Pesca ajuda muito na solução dos problemas burocráticos relacionados à aposentadoria e ao seguro defeso. Por outro lado, enfatizam que “marisqueira de verdade, bota o pé na água”, alegando que há pessoas que recebem indevidamente este benefício, pois nunca exerceram a mariscagem na prática.

De acordo com Campos & Chaves (2014), o Programa seguro defeso possui diversos méritos ao amparar diversos pescadores artesanais que não podem exercer suas atividades durante certo período do ano, oferecendo também proteção a várias espécies marinhas, fluviais e lacustres. Porém, apresenta problemas relacionados a grupos que aparentemente nunca exerceram a pesca artesanal e recebem o seguro defeso indevidamente.

### **3. As pescarias de baiacu e peroá em Piúma**

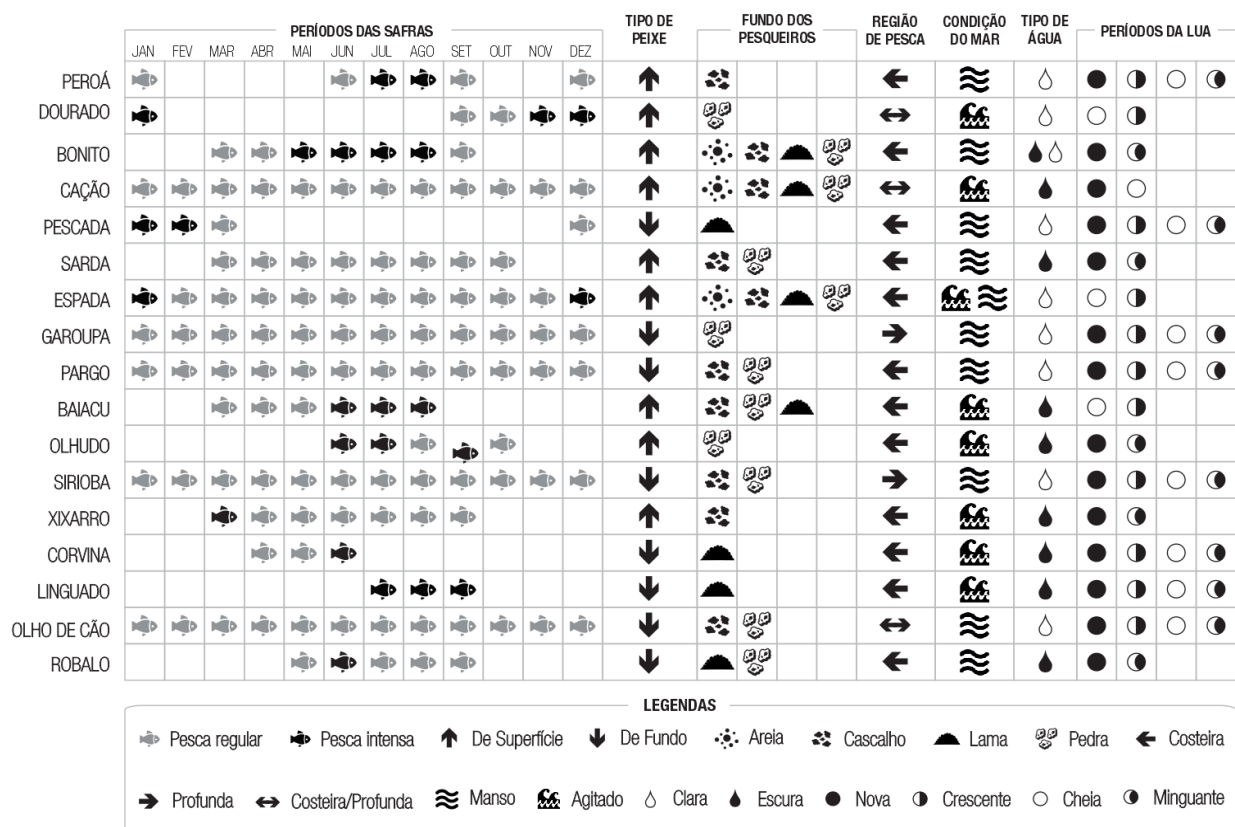
Este item aborda o que é chamado localmente de pescaria “no fresco”, do baiacu e da peroá. A expressão distingue estas pescarias daquelas “no gelo”. Pescaria “no fresco” é aquela em que o tempo de viagem é inferior a seis horas e a duração total da pescaria é de menos de vinte e quatro horas. Já na



pescaria “no gelo”, o tempo de viagem é superior a seis horas, em regiões mais afastadas da costa e, conseqüentemente, as embarcações permanecem em alto mar em um período que pode variar de dois a vinte e cinco dias. Estas pescarias geralmente são direcionadas aos peixes atum e dourado.

### 3.1 O saber naturalístico

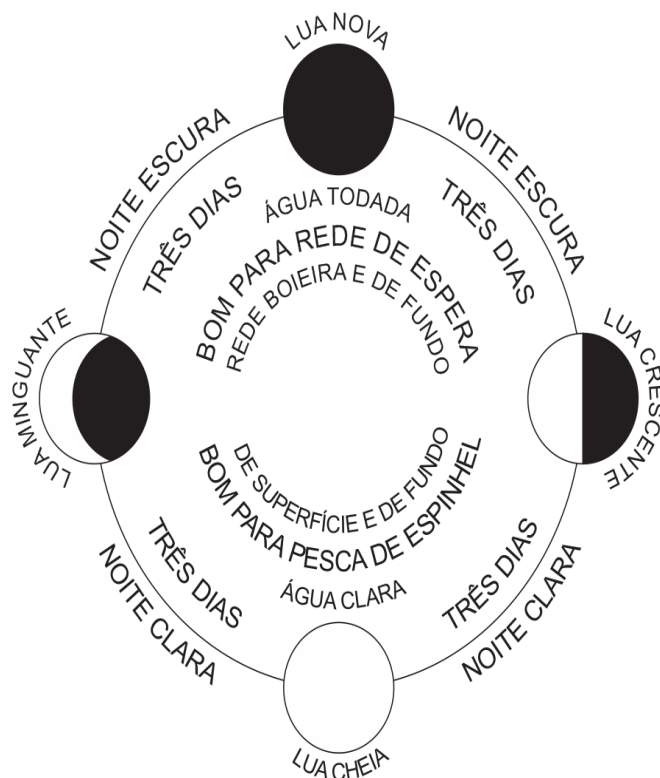
As informações obtidas através das inúmeras conversas com os pescadores permitiram a construção de um gráfico que sintetiza a percepção entre eles quanto à época e locais de ocorrência das principais espécies-alvo, denotando a noção das categorias de tempo e espaço na cadeia produtiva da pesca de Piúma.



A partir do gráfico, pode-se ter uma ideia de como os pescadores direcionam suas pescarias de acordo com a ocorrência de determinadas espécies-alvo. Percebe-se que os pescadores classificam os peixes conforme o período de ocorrência, comportamento, tipo de fundo, proximidade da costa, tipo de mar, água e período lunar. Com relação ao comportamento dos peixes, os pescadores usam as seguintes denominações: Peixe boieiro – nada próximo à superfície; e Peixe de fundo – nada em regiões bentônicas dos pesqueiros.

Ainda nessa linha de raciocínio percebe-se que os pescadores também classificam os peixes de acordo com o tipo de fundo.

A partir das conversas com os pescadores, também foi possível notar que o ciclo lunar e o nível de transparência da água são fatores importantes para determinar o tipo de petrecho a ser usado nas pescarias:



Dessa forma, os pescadores dizem que o peixe redeiro gosta de lua escura (nova ou minguante) e água “todada” (escura), pois se a pesca for realizada em noites de lua clara (cheia ou crescente) e água transparente, o peixe consegue enxergar o pano da rede e não malha.

### 3.2 Aspectos ecológicos e estruturais da categoria social “espaço”

Durante a pesquisa, a percepção da distância social, pensada em termos de posições dentro de uma estrutura ou espaço social, surgiu ainda na etapa de planejamento das estratégias de abordagem dos pescadores de Piúma. Como sou morador do município, não foi tão difícil descobrir que a Roda dos

Malandros é o local onde esses homens se reúnem. Lá, há sempre algum pescador, seja preparando seus meios de produção como embarcações ou petrechos de pesca, seja vivenciando momentos de lazer como jogos de dominó, de baralho, bate-papos ou aproveitando eventos de confraternização, como, por exemplo, a realização da Festa de São Pedro<sup>5</sup>.

Torna-se evidente que os pescadores têm uma relação de apropriação implícita desse espaço. A Roda dos Malandros é bastante conhecida, em Piúma, como o local onde se encontram os pescadores, ou seja, mesmo que seja um local público, diversas esferas da sociedade reconhecem que ali é o espaço dos pescadores:

“A presença permanente dos pescadores nos espaços utilizados pelos meios de produção, bem como pela movimentação cotidiana das unidades produtivas funcionam como elemento simbólico da existência social das pescarias, na medida em que esses objetos demarcam a apropriação social do espaço onde se desenvolvem essas atividades.” (Britto, 1999)

A partir do fragmento citado, é possível entender que a apropriação da Roda dos Malandros pelos pescadores tem caráter simbólico pelo fato de ser reconhecida, por outros membros da comunidade local, como espaço que pertence aos pescadores de Piúma.

Com base nas narrativas, identifica-se inúmeras evidências da percepção ecológica e estrutural do espaço. As marcas que os pescadores utilizam para localizar os pesqueiros são um exemplo dos aspectos ecológicos do espaço, articulando conhecimentos sobre tipos de fundo, ocorrência de peixes e marcas em terra. Por outro lado, quando as palavras marcas e pesqueiros são enunciadas, passam a ter significação relevante no estabelecimento das relações entre os pescadores.

Como os pescadores compartilham um mesmo sistema de localização, a referência às marcas e aos pesqueiros não denotam apenas lugares no mar, mas constituem parte do patrimônio cultural do grupo, transmitido através de processos de socialização como aquele ao qual o pesquisador foi submetido. Nesse sentido, “pesqueiro” e “marca” extrapolam os significados ecológicos dos espaços aos quais se referem. Assim, observamos que os aspectos ecológicos e estruturais do espaço se fundem, pois a condição para constituição de um é o desenvolvimento do outro (Oliveira, 1993).

As narrativas apontam que o saber naturalístico dos pescadores é fundamental na solução de problemas imprevisíveis que ocorrem durante as pescarias, como no caso de uma pescaria de peroá, realizada sob forte nevoeiro, em que Nango<sup>6</sup> procurou um “cabeço” de pedra para definir a direção para encontrar o pesqueiro. Nesse caso, mesmo em condições ambientais adversas à realização das atividades

---

5 Atualmente o professor Eduardo Rodrigues realiza, no âmbito do GETAP, pesquisa sobre esta festa.

6 Pescador que participou da pesquisa

produtivas, os pescadores utilizam outros meios a fim de se adaptarem a essa condição e exercerem as atividades produtivas de pesca.

Além disso, pode notar que existem inúmeras maneiras de se localizar no mar, mesmo que não seja possível observar as marcas por terra ou até mesmo cabeços de pedra submersos. Uma dessas maneiras é uma onda denominada “onda mestre” pelos pescadores, ou seja, aquela que ensina o mestre a navegar.

*“quando cê tá no mar, de noite, sem ver as marcas e com o céu escuro, sem estrelas [...] existe uma onda que pode te levá pra terra [...] é a onda mestre [...] aquela que ensina o mestre a navegar [...] ela funciona assim: cê desliga o motor do barco e deixa ele seguir o rumo da corrente [...] aí cê fica prestando atenção nas ondas [...] aquela que for a maior é a onda mestre [...] então cê mira a proa do barco no sentido dela, liga o motor e vai em frente [...] com certeza ela vai te levá pra terra.”* (Nango, comunicação pessoal)

As representações sociais sobre o espaço também ficam evidentes nas regras locais que regulam entre os pescadores o usufruto dos pesqueiros, na pescaria do peroá. O ato de “palmear” a embarcação junto a outras está relacionado com a proximidade social entre os pescadores. Segundo o relato de Nango, boa parte dos pescadores de Piúma e Anchieta compartilham seus pesqueiros sem maiores problemas, embora existam exceções. Os pescadores que constituem esse grupo de exceção são denominados “fominhas” pelos outros pescadores, não sendo bem vistos pelo grupo em geral.

A delimitação dos espaços das pescarias expressa as regras locais de repartição dos recursos naturais explorados e é bastante peculiar, pois varia de acordo com o tipo de petrecho utilizado na atividade produtiva da pesca. No caso da peroá, o uso das pargueiras não interfere na pescaria do outro. Já na pescaria de baiacu, o uso do espinhel de superfície tem alcance territorial muito maior do que a pargueira. Dessa forma, ainda segundo Nango, há pescadores que gostam de pescar nas águas dos outros, ou seja, pescam em águas onde outros pescadores já estão com seu petrecho lançado ao mar. Nango classifica esse tipo de pescador como *“fode-manso [...] chega de mansinho nas suas águas e acaba fodendo com a tua pescaria”*.

### **3.3. Aspectos ecológicos e estruturais da categoria social “tempo”**

Assim como as representações sobre o espaço, as representações sociais sobre o tempo são fundamentais aos pescadores de Piúma, pois suas atividades de produção seguem um ciclo que é determinado pela presença ou ausência de cardumes das espécies-alvo, bem como pelo fluxo sazonal de turistas que frequentam a cidade em períodos de alta temporada ou feriados.

Assim como acontece com o espaço, as concepções ecológica e estrutural do tempo frequentemente se fundem, já que referem-se tanto ao intervalo entre as épocas de cada atividade social, quanto à distância social entre pescadores mais velhos ou mais novos:

“De qualquer forma, a ideia que está por trás da noção de tempo [...] é a de distância estrutural, seja em relação às estruturas de produção que são articuladas de acordo com a época do ano, no caso do tempo ecológico, seja em relação às classes de idade que marcam a distância temporal (e social) existente entre os grupos, no caso do tempo estrutural” (Oliveira, 1993).

De acordo com o fragmento acima, a concepção local do tempo está ligada a eventos que representam marcos na vida social dos pescadores, seja de maneira cíclica e prevista socialmente, como nas épocas de cada peixe, ou de maneira mais linear, a partir de eventos, previstos ou não, que marcam a memória coletiva do grupo. Exemplo disso foi ausência da peroá que ocorreu no início dos anos 2000. Segundo os pescadores, esse sumiço está associado à presença de navios de sísmica que, para eles, é conhecido como “chupa-cabras”.

Os pescadores relatam que, neste período, havia muitas pesquisas para a prospecção de poços de petróleo na região, o que para eles, muitas vezes, significou a interrupção de suas atividades pelo fato de terem sido avisados por um navio rebocador para saírem do local de onde estavam, pois o navio de sísmica passaria naquela região, não lhes restando outra opção senão obedecer a ordem de evacuação da área, retornando no dia seguinte para prosseguir com suas pescarias. Ocorre que, quando voltavam aos pesqueiros, já não havia mais peixe algum. A suposição geral dos pescadores é de que os navios de sísmica espantaram os peixes.

Com base nesses relatos, é possível concluir que essas intervenções antrópicas tiveram grande impacto no modo de vida dos pescadores, representando um tempo de dificuldades para eles. Nango relatou que, nos tempos áureos das pescarias, havia muitos peixes, mas o avanço dos processos de urbanização, somados às inúmeras intervenções antrópicas ocorridas no meio ambiente, fizeram com que a oferta diminuísse consideravelmente nos dias atuais.

Entende-se que os pescadores associam a diminuição dos estoques pesqueiros não só com o aumento da frota, mas sobretudo, com as modificações do ambiente ao longo dos anos.

*“aquí era ‘sarrado’50 de baiacu [...] eu nem precisava ir muito longe pra pescar [...] mas a quantidade de barcos foi aumento, as cidades cresceram e as áreas de pesca diminuíram [...] aí chega uma hora que não tem mais tanto peixe como antigamente.”* (Nango, comunicação pessoal)

Assim, estas intervenções antrópicas, atribuídas a agentes externos e que afetam as pescarias, compõem marcos temporais da memória coletiva local.

### **3.4 Tempo e hierarquia**

Tive a oportunidade de observar que a percepção estrutural do tempo, expressa na hierarquia entre as classes de idade, é muito forte dentro do grupo de pescadores, visto que entre eles há um código de ética consolidado. Isso ficou evidente na ocasião em que Dentinho, pescador de 15 anos, questionou uma decisão do mestre Nango que imediatamente interpretou como insubordinação: “*a decisão do mestre nunca deve ser questionada [...] é ele quem manda na pescaria [...] cê pode ter anos de pesca, mas quem manda no barco é o mestre.*” (Nango, 2018)

O fragmento acima expressa o descontentamento de Nango frente aos questionamentos de Dentinho. Isso denota que os pescadores levam a hierarquia local muito a sério, mesmo porque o tempo de exercício da pesca é determinante para o reconhecimento de liderança pelo grupo (Maldonado, 1993; Kant de Lima, 1997; Kottak, 1983). Como Nango é pescador há mais de 50 anos, os questionamentos apontados por Dentinho soaram como insulto e falta de respeito por parte do jovem que está apenas iniciando sua vida nessa atividade. Dessa forma, estas hierarquias, baseadas na distinção do conhecimento técnico e na senioridade, marcam posições dentro da estrutura local.

### **3.5. As esferas de circulação do pescado**

Há outras nuances bem interessantes no que diz respeito às relações sociais que norteiam a economia pesqueira, pois os espaços onde é realizada essa atividade também são palcos de transações comerciais entre pescadores e compradores de pescado (atravessadores) cujo centro das negociações é o recurso pesqueiro produzido pela atividade de pesca de Piúma. Com relação à pesca de peroá, cuja narrativa tem sido aqui explorada, ocorreram duas situações distintas: na primeira, o comprador já estava aguardando o pescador atracar com o pescado; na segunda, esse fato não ocorreu e o pescador teve que vender seu pescado para outro comprador que pagou um valor inferior ao que ele havia conseguido num outro dia.

Considerando a primeira situação, observo que Nango, ao atracar no porto de Piúma, já estava sendo aguardado pelo homem que havia negociando previamente o valor de compra do pescado a R\$ 3,00 (três reais) por quilo. Entretanto, na segunda situação, quando Nango atracou no porto, Carapau não o estava aguardando, gerando, assim, um rompimento momentâneo de uma negociação previamente estabelecida. Como Nango não queria ficar com seu pescado encalhado, pois já se encontrava bastante

cansado e estressado por conta das dificuldades que enfrentou no mar, preferiu perder R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por quilo e vender seu pescado rapidamente.

Além disso, em outra esfera de circulação do pescado, pude verificar que algumas crianças e jovens ajudam no descarregamento dos pescados e na limpeza das embarcações, recebendo peixes dos pescadores como forma de pagamento

Cabe ressaltar que a circulação do pescado em Piúma não se restringe apenas às relações econômicas, visto que os pescadores têm o hábito de presentear outros membros desse grupo, ou seja, em inúmeras vezes tive a oportunidade de observar que os pescadores que chegam de suas pescarias dão peixes aos outros que estão em terra. Vê-se, assim, que o pescado funciona como elemento de estreitamento dos laços sociais, indicando aproximações ou distanciamentos dentro da estrutura social local. Pude verificar, também, que alguns moradores de rua são beneficiados pela doação de pescado, mesmo que estes não tenham realizado qualquer tarefa durante o desembarque.

Assim, a cada uma dessas esferas de circulação do pescado, seja como presente, como pagamento por um trabalho ou como objeto de negociações, corresponde uma etiqueta que regula através de juízos morais o desempenho de cada parte na relação.

#### **4. Aspectos do comércio de peixes em Piúma**

Este trecho aborda aspectos das transações de peixes e camarões observadas a partir da frequência a uma peixaria local, totalizando cerca de 30 visitas, de cerca de três horas cada, em um período aproximado de quatro meses.

Entende-se aqui que a condição de mercadoria é apenas uma etapa da vida social dos objetos (Strathern, 1988; Appadurai, 2015). Isso significa dizer que a condição de mercadoria não é inerente a determinado tipo de objeto, mas caracteriza um tipo de relação que pode-se estabelecer entre coisas e pessoas em um dado contexto.

A opção por analisar a biografia dos peixes, nos levaria a uma discussão sobre o saber naturalístico dos pescadores e como compreendem os locais e processos de reprodução e amadurecimento dos peixes. No entanto, para os propósitos deste item abordaremos a vida social dos peixes a partir do momento em que são capturados e desembarcados em terra. Isso no caso dos peixes desembarcados em Piúma. No caso dos peixes que chegam às peixarias de Piúma vindos de outros lugares, analisamos sua biografia a partir do momento em que chegam a Piúma. A unidade social relevante é, portanto, o comércio de peixes de Piúma.

A questão sobre a origem dos peixes e dos camarões pode ser vistas sob diferentes perspectivas. A cada etapa de sua vida social, o pescado é objeto do conhecimento de diferentes especialistas: o pescador, o comerciante, o fiscal, o pesquisador natural, o pesquisador social, o consumidor. Parafraseando Foucault, vários profissionais (e não profissionais) tomam o peixe como objeto de saber e controle. De um ponto de vista da tentativa da ciência e do Estado de controlar a origem dos peixes com vistas ao seu manejo, o problema que se coloca é onde e como os peixes ou camarões foram extraídos. É o problema da “rastreadibilidade”. A rastreabilidade nada mais é que uma investigação sobre a vida pregressa do peixe.

Do ponto de vista dos mecanismos oficiais, são pelo menos três aspectos em relação aos quais a circulação de peixes é objeto de controle, cada uma correspondendo a um campo do saber: a rastreabilidade, sobre a qual falam os biólogos, oceanógrafos e engenheiros de pesca, além dos fiscais ambientais; as condições sanitárias do armazenamento e processamento dos peixes, sobre as quais falam engenheiro de pesca, engenheiros de alimentos, além do Ministério Público; e o aspecto fiscal, sobre o qual falam funcionários da receita, administradores, etc.

Neste item focaremos no tema da rastreabilidade. Do ponto de vista dos agentes de controle e da ciência da pesca, a rastreabilidade é a capacidade de acessar a origem de um peixe, as condições ecológicas e sociais de sua captura ou produção. No entanto, no contexto do comércio local de pescado, também há uma preocupação com sua origem, mas a partir de diferentes parâmetros. Como a rastreabilidade do pescado não se impõe fortemente aos pescadores e comerciantes locais pelas agências oficiais, a questão da origem do pescado se liga muito mais às dinâmicas do próprio mercado local. Existe todo um conhecimento sobre tipos de camarões e de peixes, suas origens, suas adequações “para restaurante” ou para consumo doméstico, etc. Enquanto para os cientistas e agentes de controle a produção de dados objetivos e públicos é fundamental, as transações locais se utilizam justamente do procedimento contrário, produzindo uma política de apropriação particular e desigual das informações.

Para entender como o problema se coloca localmente, vejamos a seguinte situação de campo:

Em uma transação, Fu me disse que a pessoa de quem ele ia comprar o camarão, Edinalva, dissera que este provinha do sul da Bahia, mas ele me explicou que “sabia” que era de Conceição da Barra<sup>7</sup>. E, para minha surpresa, ele completou: “e ela sabe que eu sei”. Nesta situação comprávamos camarão de Edinalva para entregar a Penha, do restaurante Moqueca do Garcia. Observei a negociação

---

7 Município localizado no norte do estado do Espírito Santo.



entre Fu e Edinalva e esta lhe garantiu a qualidade do camarão, quando Fu a questionou. Quando chegamos ao restaurante, Penha questionou a Fu a qualidade do camarão. Fu confirmou que não continha sal e que era de qualidade: “já trouxe coisa ruim pra vc?”. Penha disse que comprara um camarão ruim de outro vendedor recentemente. Cerca de três meses depois desta ocasião, Fu me disse que Penha não estava mais atendendo seus telefonemas, já que os pacotes de 1kg que entregamos tinham, na verdade, 450 gramas. Fu se justificou para mim dizendo: “Mas era o camarão que eu tinha pra trabalhar”. Como me explicou, “antigamente o mercado não aceitava peixe congelado, hoje já aceita”. Segundo Fu, o peixe congelado seria mais fácil de ter sua origem, qualidade e peso manipulados: “*Não é um comércio de sabedoria, é um comércio para acompanhar o mercado hoje*”... “*Ninguém tá roubando, tá comprando do mercado*”.

Interpretei que o comércio “de sabedoria” é aquele em que, através de uma rede de relações estáveis e confiáveis, você consegue controlar a qualidade e quantidade da mercadoria que está negociando. Hoje, por outro lado, o máximo que se consegue é “acompanhar o mercado”, ou seja, tem que trabalhar com “o que tem”.

No caso descrito há uma tensão entre, por um lado, o interesse econômico das partes e, por outro, o fato de que tratam-se de pessoas que interagem entre si há décadas e a quem não interessa romper relações. A possibilidade de ser “enganado” parece estar sempre presente nessas transações. No entanto, como aquela transação econômica é somente um momento em uma longa relação entre as partes, como neste caso, em que conhecem-se há mais de dez anos, a origem do peixe é uma informação que pode ser manipulada como parte da estratégia de negociação sem que isso signifique uma ameaça à relação social, ainda que ocorram sanções. Como no caso de Fu, que não confrontou Edinalva, mesmo sabendo que ela mentira sobre a origem do camarão. Por outro lado, Penha deixou de atender os telefonemas de Fu, por ter identificado a fraude no camarão. Em outras palavras, mentir é permitido (Colaço, 2006).

Este conhecimento sobre fornecedores, preços, origem e qualidade do pescado é um verdadeiro capital que os comerciantes acumulam ao longo dos anos e sobre o qual estão sempre fazendo avaliações em conversas cotidianas. É tanto uma estratégia econômica como uma fonte de prestígio local, como quando Fu comentava comigo sobre a quantidade de “comércio” com a qual já lidou e que inclusive “colocou na mão dos outros”, se referindo a seu papel como mediador entre fornecedores e comerciantes ao longo dos anos.

Assim, enquanto para os cientistas e agentes de controle a produção de dados objetivos e públicos é fundamental para o rastreamento do peixe, as transações locais se utilizam justamente do procedimento contrário, produzindo uma política de apropriação particular das informações, que distribui desigualmente status, prestígio e sucesso econômico.

## **5. Considerações finais**

Além de colocar sob descrição o funcionamento destas atividades como a catação de sururu, a pesca e o comércio de peixes, o objetivo do projeto é articular este conhecimento com a identificação das condições objetivas que permitam aos protagonistas destas atividades e suas comunidades reproduzirem suas vidas materiais e espirituais de maneira autônoma. Na definição da identidade de uma “marisqueira de verdade”, evidenciou-se o descompasso entre as definições do Estado, construídas a partir de critérios externos ao grupo, em oposição às formas através das quais se dá o reconhecimento de uma marisqueira pela comunidade, ou seja, pela frequência à atividade, o conhecimento naturalístico, etc. Na pescaria da peroá e do baiacu apontamos o papel do conhecimento naturalístico – tanto para a eficácia prática da atividade quanto para a segurança da tripulação – e da senioridade, no reforço das hierarquias dentro do barco. No caso da quebra de expectativas envolvendo o comércio do camarão, observamos o papel da distribuição desigual de informação e como esta está baseada em princípios diversos em relação às tentativas de rastreamento, baseadas justamente em transparência e objetividade das informações. Cada um destes problemas levantados pode, a médio e longo prazo, fornecer luz sobre aspectos deste universo da produção, repartição e consumo de organismos marítimos em Piúma.

## **Bibliografia**

- APPADURAI, Arjun (Org.) A vida social das coisas - As mercadorias sob uma perspectiva cultural Série Antropologia e Ciência Política, v. 41. Eduff, 2015.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. Modernidade e Tradição – Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo-RJ. EDUFF. 1999.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.
- COLAÇO, José. Tempo(s) ecológicos(s): um relato das tensões entre pescadores artesanais e IBAMA acerca do calendário de pesca na Lagoa Feia-RJ. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Ed. Perspectiva, 1974.
- GODELIER, Maurice. Rationalité et Irrationalité em Économie. Tradução: SARDINHA, Maura R. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro-RJ. Ed. Biblioteca Tempo Universitário, 1969.
- ICMBio. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, 2011.
- KANT DE LIMA, Roberto. Os pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Eduff. 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.
- RODRIGUES, Eduardo et al. Abordagens territoriais e práticas pedagógicas em territórios pesqueiros. Editora Causa. Vitória, 2018.
- STRATHERN, Marilyn. The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia. University of California Press. 1983.